

Nº IBAMA: 02001.044040/2023-83 (CIF)

FR.2024.1961

Belo Horizonte/MG, 29 de julho 2024.

Ao COMITÊ INTERFEDERATIVO (CIF)

A/C: ILMO. SR. PRESIDENTE RODRIGO AGOSTINHO

COM CÓPIA PARA A CÂMARA TÉCNICA INDÍGENA E DE POVOS TRADICIONAIS (CT-IPCT)

A/C: Ilmo. Sr. Coordenador Jarbas Vieira

- *Protocolo via Sistema Eletrônico* -

REF.: *Manifestação ao Item 11.1 da Pauta da 78ª Reunião Ordinária do Comitê Interfederativo – Câmara Técnica Indígena e Povos e Comunidades Tradicionais (CT-IPCT) – Nota Técnica no 55/2024/CT-IPCT/CIF*

FUNDAÇÃO RENOVA (“FUNDAÇÃO”), pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 25.135.507/0001-83, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 671, 4º andar, Belo Horizonte/MG, CEP 30.112-021, vem, respeitosa e tempestivamente, **manifestar-se acerca do item 11.1 da Pauta da 78ª Reunião Ordinária deste I. Comitê**, com fundamento na Cláusula 39, §§ 2º e 3º¹, do TAC Governança, e no art. 10, §§ 5º e 6º, do Regimento Interno do Comitê Interfederativo (“CIF”)², nos termos que se seguem.

1. O referido item de pauta se refere à recomendação de aprovação da **Nota Técnica nº 55/2024/CT-IPCT/CIF** (“Nota Técnica nº 55”), elaborada pela

DS
pO

¹ **CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA** – As reuniões do CIF serão precedidas pela publicação de pauta, contendo discriminação de matérias e documentos que serão apreciados.

PARÁGRAFO SEGUNDO. Publicada a pauta, os interessados terão prazo de 10 (dez) dias para manifestação sobre as matérias e os documentos que serão apreciados.

² Art. 10, §5º - Publicada a pauta, os interessados terão prazo de 10 (dez) dias para manifestação sobre as matérias e os documentos que serão apreciados

Câmara Técnica Indígena e de Povos Tradicionais ("CT-IPCT"), a qual contém os seguintes encaminhamentos ao Comitê, que deverão ser objeto de deliberação:

- (i) Fundação Renova, as empresas causadoras dos danos e as 7 entidades executoras contratadas deverão observar as premissas e diretrizes da presente Nota Técnica antes de acessar os territórios tradicionais e antes de realizar reuniões, oitivas ou consultas junto aos públicos acompanhados pela CT-IPCT;*
- (ii) Ficam reconhecidos, no contexto do processo preparatório aos danos decorrentes do rompimento da barragem de Fundão e de seus efeitos, como destinatários da Convenção no 169, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), os povos indígenas e os povos e comunidades tradicionais atingidos pelo rompimento da Barragem de Fundão, devendo ser respeitados seus direitos a autodeclaração (art. 1º, II); a participação (art. 2º, I; art. 7º, I); a consulta livre, previa, informada e de boa-fé, sempre e quando medidas legislativas e administrativas possam afetá-los diretamente (art. 6º, I e II); de definirem suas próprias prioridades de desenvolvimento (art. 7º I e III); além dos direitos territoriais (art. 7º IV e arts. 13 a 190);*
- (iii) O diálogo horizontal e a construção colaborativa e transparente passam pela definição conjunta dos termos dos planos de consulta, sendo que, sempre e quando determinado povo indígena ou povo e comunidade tradicional atingido possuir protocolo comunitário de consulta, este deve orientar as atividades a serem realizadas dentro do território;*
- (iv) Eventuais ajustes as previsões dos referidos protocolos devem ser negociados com a Comissão Local ou outra forma própria de organização coletiva representativa do povo ou da comunidade em questão, consideradas as particularidades e restrições do caso concreto.*

2. Diante disso, em atenção às sugestões de encaminhamento dadas pela CT-IPCT, vem a FUNDAÇÃO tecer alguns esclarecimentos acerca do Item 11.1 da Pauta da 78ª Reunião Ordinária do CIF, os quais entende que sejam importantes para a compreensão do contexto do assunto e para apoiar esse I. Comitê na tomada de decisão.

I – CONTEXTUALIZAÇÃO ACERCA DOS PROGRAMAS DE PROTEÇÃO E RECUPERAÇÃO DA QUALIDADE DE VIDA DE OUTROS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS E DE PROTEÇÃO E RECUPERAÇÃO DA QUALIDADE DE VIDA DOS POVOS INDÍGENAS

3. Nos termos da **Cláusula 51 e 52 do TTAC**, "compreende-se por Povos e Comunidades Tradicionais os grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuam formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução

DS
PO

cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição” e “entendem-se como Territórios Tradicionais os espaços necessários à reprodução cultural, social e econômica dos Povos e Comunidades Tradicionais, utilizados de forma permanente, mesmo que com uso efetivo sazonal”.

4. Assim, o **Programa de Proteção e Recuperação da Qualidade de Vida de Outros Povos e Comunidades Tradicionais** (“PG-04”) foi planejado e vem sendo executado com base nos acima expostos conceitos, bem como com fundamento na legislação aplicável – ou seja, no art. 68 do ADCT; na Lei nº 7.668, de 22 de agosto de 1988; no Decreto nº 4.887, de 2º de novembro de 2003; no Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007; no Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000, bem como a Convenção nº 169 da OIT, a Convenção sobre os Povos Indígenas e Tribais e a Convenção Americana de Direitos Humanos (Pacto de San José da Costa Rica).

5. O principal objetivo do PG-04 é **reparar** impactos sociais, econômicos, ambientais e culturais **identificados em decorrência do rompimento da barragem de Fundão (“Rompimento”)**, assim como promover o desenvolvimento integrado das comunidades tradicionais diretamente **impactadas pelo Rompimento.**

6. Como objetivos específicos, tem-se: **(i)** identificar e engajar as comunidades e famílias tradicionais diretamente impactadas; **(ii)** criar os Canais de Diálogo com as comunidades tradicionais impactadas; **(iii)** realizar Estudos de Impacto Participativos e elaboração de um Plano Básico Ambiental; **(iv)** acompanhar e monitorar as comunidades e famílias tradicionais impactadas no âmbito específico do programa e **(v)** fortalecer social e culturalmente estes povos por meio de ações estruturantes e intersetoriais.

7. Já o **Programa de Proteção e Recuperação da Qualidade de Vida dos Povos Indígenas** (“PG-03”), nos termos da **Cláusula 39, Caput e Parágrafo Único** do TTAC, prevê que “a FUNDAÇÃO realize atendimento especializado aos povos indígenas dos territórios Indígenas dos Krenak, Comboios, Tupiniquim e Guarani e Caieiras Velhas II. Referido atendimento especializado

DS

pO

respeita as formas próprias de organização social, costumes, usos e tradições dos povos indígenas, sob a supervisão da FUNAI³”.

8. Em síntese, o programa traz práticas que visam a mitigação e reparação de impactos de maneira a respeitar e garantir diversos direitos civis e políticos destes povos, respeitando suas especificidades. Neste sentido, todo trabalho realizado pelo Programa tem como base para atuação, o diálogo para garantir as tratativas que deverão promover a realização de consultas livres, prévias e informadas, assegurando que o direito indígena seja respeitado conforme convenção específica. As medidas abrangem suporte financeiro para subsistência, abastecimento hídrico e apoio à cadeia produtiva pecuária, realizada tanto para subsistência quanto para geração de renda.

9. Feitas tais considerações, a FUNDAÇÃO passará a expor a forma como o PG-03 e o PG-04 vem atuando até o momento, no intuito de demonstrar que já vêm cumprindo em grande parte – senão em sua totalidade – com as recomendações propostas pela Nota Técnica nº 55, bem como apresentar as razões pelas quais as demais não merecem ser levadas adiante.

II – CONSIDERAÇÕES ACERCA DAS PROPOSIÇÕES TRAZIDAS PELA CT-IPCT ATRAVÉS DA NOTA TÉCNICA Nº 55

10. A seguir, a FUNDAÇÃO apresentará suas ponderações em relação a cada uma das recomendações da Nota Técnica nº 55.

(a) “A Fundação Renova, as empresas causadoras dos danos e as entidades executoras contratadas deverão observar as premissas e diretrizes da presente Nota Técnica antes de acessar os territórios tradicionais e antes de realizar reuniões, oitivas ou consultas junto aos públicos acompanhados pela CT-IPCT.”

11. No que diz respeito ao ingresso de pessoas externas da FUNDAÇÃO, Empresas ou demais entidades, nos territórios tradicionais, é necessário esclarecer que a FUNDAÇÃO se utiliza, por analogia, do documento disponibilizado pela Fundação Nacional dos Povos Indígenas (“FUNAI”), qual seja, a **Instrução**

³ A FUNAI é o órgão indigenista oficial do Estado brasileiro e vinculada ao Ministério da Justiça, é a coordenadora e principal executora da política indigenista do Governo Federal. Sua missão institucional é proteger e promover os direitos dos povos indígenas no Brasil.

Normativa nº 02/2015/FUNAI, a qual apresenta procedimentos de entrada nas terras indígenas, que são integralmente cumpridos pela FUNDAÇÃO.

12. No caso das demais comunidades tradicionais, em não sendo aplicável a instrução normativa supramencionada e em caso de não possuírem procedimentos próprios para essas situações, a FUNDAÇÃO, antes do ingresso, encaminha às associações representativas e lideranças legitimadas pelas comunidades e suas Assessorias Técnicas Independentes (“ATIs”) um pedido prévio de autorização de entrada.

13. Assim, em hipótese alguma existe, por parte da FUNDAÇÃO e seus contratados, o ingresso de pessoas externas nas comunidades sem prévia autorização e sem observância do procedimento adequado para tanto.

14. Outrossim, necessário esclarecer que a Nota Técnica nº 55, por outro lado, não delimitou de forma correta a separação entre funcionários diretos da FUNDAÇÃO, vinculados aos PG-03 e PG-04, e outras pessoas externas que com ela não se relacionam. É evidente que todos deverão receber anuência prévia das comunidades para que possam ingressá-la, todavia, **caso os funcionários diretos da Fundação passem a necessitar de pedir autorização do Poder Público a cada vez que tenham que realizar contato com a comunidade, será absolutamente morosa, senão inexecutável, a realização das atividades previstas para ambos os programas.**

(b) “Ficam reconhecidos, no contexto do processo preparatório aos danos decorrentes do rompimento da barragem de Fundão e de seus efeitos, como destinatários da Convenção no 169, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), os povos indígenas e os povos e comunidades tradicionais atingidos pelo rompimento da Barragem de Fundão, devendo ser respeitados seus direitos a autodeclaração (art. 1o, II); a participação (art. 2o, I; art. 7o, I); a consulta livre, previa, informada e de boa-fé, sempre e quando medidas legislativas e administrativas possam afeta-los diretamente (art. 6o, I e II); de definirem suas próprias prioridades de desenvolvimento (art. 7o I e III); além dos direitos territoriais (art. 7o IV e artes. 13 a 19)”.

DS
PO

15. Com relação à Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho ("OIT") e aos artigos mencionados, extremamente necessário esclarecer que a FUNDAÇÃO se utiliza dessa mesma regulamentação como princípio basilador para a promoção de espaços que garantam o protagonismo e engajamento dos povos indígenas e comunidades tradicionais no processo de reparação, conforme previsto, inclusive, no próprio TTAC – instrumento que rege a atuação da FUNDAÇÃO. Especificamente sobre o tema em comento, a Convenção 169 da OIT prevê o processo de consulta de modo a garantir o respeito às comunidades e suas especificidades socioculturais, políticas, ambientais e territoriais, e que as discussões sobre quaisquer temas devem ser realizadas.

16. Portanto, necessário restar esclarecido, em possível deliberação emitida pelo CIF, que os povos indígenas e comunidades tradicionais serão consultados quanto ao conteúdo do tema a ser tratado, entretanto, o conteúdo da consulta deve ser delimitado. Isso porque, os procedimentos estabelecidos internamente pela FUNDAÇÃO – contratação de fornecedores e parceiros, exigências de qualificações técnicas, dentre outras questões – **não** devem ser pauta de discussões, uma vez que de caráter interno e parte de sua autonomia operacional e administrativa. Desse modo, as contratações devem apenas ser informadas às comunidades, para fins de esclarecer e demonstrar o andamento das atividades relativas ao PG-03 e ao PG-04.

17. Faz-se necessário deixar evidente que, caso cada processo de contratação – e cada etapa deste –, seja previamente submetido às comunidades em forma de consulta, além de retirar da FUNDAÇÃO sua autonomia, tornará as medidas dos programas e o cumprimento dos prazos absolutamente inexecutável. Ora, a não é novidade para o CIF e para a CT-IPCT que a FUNDAÇÃO conta com rigoroso processo de concorrência e contratação de parceiros, buscando sempre o melhor que o mercado pode oferecer em determinada área.

(c) "O diálogo horizontal e a construção colaborativa e transparente passam pela definição conjunta dos termos dos planos de consulta, sendo que, sempre e quando determinado povo indígena ou povo e comunidade tradicional atingido possuir protocolo comunitário de consulta, este deve orientar as

atividades a serem realizadas dentro do território” e “Eventuais ajustes as previsões dos referidos protocolos devem ser negociados com a Comissão Local ou outra forma própria de organização coletiva representativa do povo ou da comunidade em questão, consideradas as particularidades e restrições do caso concreto”

18. Sobre essas proposições, importa esclarecer que, nas situações em que há um protocolo estabelecido para atendimento à determinada comunidade, a FUNDAÇÃO age em acordo com o documento, respeitando as suas regras. Nesse sentido, pode-se mencionar, por exemplo, que a FUNDAÇÃO e as entidades executoras por ela contratadas seguem, no PG-04, um fluxo de envio de materiais com antecedência, cronograma de consulta, aprovação e acompanhamento dos projetos pelos povos tradicionais. Os fluxogramas foram elaborados em conjunto com a própria entidade representativa, lideranças da Comunidade Quilombola e sua ATI.

19. Com relação ao PG-03, a FUNAI emitiu, para o processo de elaboração de estudo de impactos e detalhamento dos Programas de reparação, o Termo de Referência e encaminhou o **Ofício nº1179/2022/DPDS/FUNAI**, detalhando os procedimentos a serem seguidos. Nesse documento, são estabelecidas ou indicadas as etapas de consultas, referindo-se as reuniões ampliadas de apresentação e deliberação sobre os produtos a serem considerados no processo de reparação. Logo, existindo protocolo de consulta prévio, a FUNDAÇÃO não se opõe a segui-lo.

20. Todavia, com relação às comunidades que não possuem um protocolo de consulta estabelecido, é sugerido pela Nota Técnica nº 55 que sejam seguidas as seguintes etapas:

- i. Agendamento de reuniões de consulta são realizados com no mínimo 15 (quinze) dias de antecedência;
- ii. O primeiro contato ocorre sempre com cacique ou comissão local representativa, por meio de órgão público responsável pelo intermédio;
- iii. Os representantes informarão o formato da reunião, considerando o público que deverá participar, além de definir local e data;

DS
PO

- iv. Durante as reuniões de consulta, a instituição que apresentar a proposta a ser discutida, envia representante que tenha poder de decisão;
- v. O processo de consulta somente finaliza quando há compreensão completa das comunidades sobre o tema disposto;
- vi. Os povos tradicionais podem se reunir sozinhos sempre que entenderem necessário; e
- vii. Após finalização das reuniões e do processo de consulta, é apresentado Plano de Trabalho para desenvolvimento das atividades.

21. Sobre essas sugestões, a FUNDAÇÃO entende que é necessário ser esclarecido em quais etapas serão realizadas as reuniões de consulta e quais são as etapas de desenvolvimento das ações que serão permeadas pelo relacionamento entre as comunidades e a FUNDAÇÃO, Empresas ou outras Instituições.

22. Ainda, são listadas as premissas que devem ser seguidas caso os povos indígenas e comunidades tradicionais não possuam um protocolo de consulta. Aqui, cabe esclarecer que grande parte das premissas indicadas já são observadas pela FUNDAÇÃO, sendo que, apenas quanto aos itens abaixo (que se tratam de novas determinações, trazidas apenas no presente momento pela NT), se fazem necessários os seguintes esclarecimentos:

- i. ***“respeitar as representações dos povos e comunidades, não sendo admissível que reuniões ou conversas isoladas ou realizadas com segmentos desses grupos, à revelia da orientação indicada por suas representações, tenham legitimidade, evitando, assim, contribuir para fragmentações e conflitos entre seus membros”***: necessário definir de maneira mais precisa o que se trata como “consulta livre, prévia e informada”, e o que é o “processo de relacionamento contínuo necessário entre a FUNDAÇÃO e povos indígenas e comunidades tradicionais”. **O que se sugere é uma melhor definição da separação entre os ritos formais de consulta e os processos ordinários de relacionamento.** Ainda, **há que ser ponderado que atrelar toda e qualquer realização da consulta prévia à intermediação formal do Poder Público fará que com o**

DS
PO

cumprimento dos prazos já acordados nos termos do TTAC se tornem inexecutáveis.

ii. "zelar e atender à condução e mediação do processo de consulta realizado pelos órgãos e entidades públicas competentes, que devem negociar com o povo ou comunidade as datas e condições para sua realização; separar o que é diálogo e o que consulta": deve ser apurado se existem, nas esferas públicas da Fundação Cultural Palmares e Secretaria de Territórios e Sistemas Produtivos Quilombolas e Tradicionais, estrutura, corpo técnico e funcional que possibilitem a realização desse processo de forma prévia.

iii. "respeitar o resultado do processo de consulta, reconhecendo que os povos e comunidades em tela possuem o direito de contestar, sugerir alterações e complementações, assim como reprovar os estudos e propostas apresentadas": é necessário apontar que os processos de contestação e reprovação dos estudos e das propostas apresentadas só poderão ocorrer com base em fundamentações técnicas e nos momentos cabíveis, de acordo com a legislação, regulamento ou procedimento aplicável. Não poderá ocorrer por uma mera discordância, de modo que a FUNDAÇÃO sugere que seja melhor desenvolvida essa sugestão da Nota Técnica nº 55, inclusive de modo a se preservar a autonomia administrativa da FUNDAÇÃO.

23. Isso posto, a FUNDAÇÃO respeitosamente entende que se faz necessária a revisão das três premissas acima mencionadas por parte da I. CT-IPCT antes da submissão à sua aprovação pelo CIF, nos termos expostos, sendo que fica à disposição para construí-las em conjunto com a Câmara Técnica.

III – CONCLUSÃO

24. Tendo em vista o exposto, a FUNDAÇÃO esclarece que já vem cumprindo em grande parte com as proposições apresentadas através da Nota Técnica nº 55 da CT-IPCT. Todavia, existem itens que necessitam ser revistos para que não tornem morosa, ou até mesmo inexecutável, as atividades do PG-03 e do PG-04. A saber:

DS
PO

- a.** Diferenciar, de forma adequada, a os funcionários diretos da FUNDAÇÃO, vinculados aos PG-03 e PG-04, e outras pessoas externas, em que pese todas necessitem de prévia anuência da comunidade para que possam ingressar no território. Isso se faz necessário na medida em que os funcionários diretos dos programas poderão entrar em contato direto com as comunidades, sem prévia comunicação ao Poder Público.
- b.** Dispor de forma clara que os povos indígenas e as comunidades tradicionais serão consultados quanto ao conteúdo do tema a ser tratado, entretanto, os procedimentos estabelecidos internamente pela FUNDAÇÃO não devem ser pauta de discussões, devendo ser apenas informados às comunidades.
- c.** Definir de maneira mais precisa sobre o que se trata a consulta livre, prévia e informada, e o que é o processo de relacionamento contínuo necessário entre a FUNDAÇÃO e os povos indígenas e comunidades tradicionais.
- d.** Esclarecer que processos de contestação e reprovação dos estudos e propostas apresentadas só poderão ocorrer com base em fundamentações técnicas e nos momentos cabíveis, de acordo com a legislação, regulamento ou procedimento aplicável.
- e.** Revisitar as três premissas citadas no §22 a respeito do procedimento a ser adotado no caso os povos indígenas e comunidades tradicionais que não possuam um protocolo de consulta.

25. Nesse sentido, respeitosamente entende que não deve ser aprovada a deliberação por parte desse I. Comitê antes da revisão dos itens acima referenciados.

DocuSigned by:

OC5731B71AG747C...
FUNDAÇÃO RENOVA
PRISCILA OHIRA